



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

PROCESSO nº 120/2001 de 21 de junho de 2001

INTERESSADO: EXECUTIVO MUNICIPAL

LOCALIDADE: BENTO GONÇALVES

ASSUNTO: AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM O TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO-DE-LEI nº 043/2001 de 21 de junho de 2001

COMISSÕES DE: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ARQUIVADO EM: \_\_\_\_\_

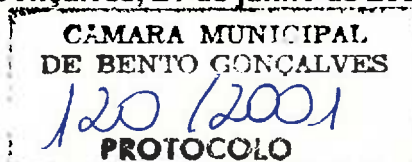
Secretário-Geral



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 039/2001 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 21 de junho de 2001.



Excelentíssimo Senhor Presidente:

Juntamente com o presente, encaminhamos à Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, os inclusos Projetos de Lei nº 043 que **"Autoriza o Município a firmar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul"** e nº 044 que **"Institui o Sistema de Controle Interno no Município e dá outras providências"**.

O projeto de lei nº 043 objetiva autorizar o Município de Bento Gonçalves a celebrar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, visando possibilitar o funcionamento do Cartório Eleitoral da Comarca e a realização de eleições.

O convênio, conforme minuta anexa ao projeto de lei acima mencionado, vigorará da data que decorre de sua assinatura até 31 de dezembro de 2002.

Outrossim, segue também o projeto de lei nº 044 o qual institui o Sistema de Controle Interno no nosso Município, visando cumprir normas contidas em Resoluções do Tribunal de Contas do Estado, as quais determinam a instituição do referido sistema.

Portanto, seguem anexos os inclusos projetos de lei para apreciação dos nobres Vereadores integrantes desta Colenda Câmara.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

DARCY POZZA  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador **CLÓRIS PASQUALOTTO**  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Palácio 11 de Outubro  
Nesta Cidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
GABINETE DO PREFEITO

**APROVADO**

VOTAÇÃO: *Única (R.V.)*

*por unanimidade com Emenda*

SALA DAS SESSÕES, 26/07/2001  
DATA

*[Assinatura]*

Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 043, DE 21 DE JUNHO DE 2001.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR  
CONVÊNIO COM O TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DO RIO  
GRANDE DO SUL.**

**Art. 1º** - É o Município de Bento Gonçalves autorizado a firmar convênio com o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**, pelo período que decorre da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2002, visando possibilitar o funcionamento do Cartório Eleitoral da Comarca e a realização de eleições, conforme minuta anexa, parte integrante da presente lei.

**Art. 2º** - A despesa resultante desta lei correrá à conta de recursos do orçamento vigente, em dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO  
GONÇALVES, aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e um.**

**DARCY POZZA**  
Prefeito Municipal

Processo nº 4026, de 21.06.2001.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
GABINETE DO PREFEITO

**MINUTA**

**CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE MÚTUA COLABORAÇÃO**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**, Órgão do Poder Judiciário Federal, sediado em Porto Alegre, na Rua Duque de Caxias, 350, inscrito no CNPJ sob nº 00.509.018/0019-42, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por ....., e o **MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua Marechal Deodoro, 70, inscrito no CNPJ sob nº 87.849.923/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal **DARCY POZZA**, denominado **CONVENIADO**, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº ....., de ....., firmam o presente Convênio para a prestação de mútua colaboração, mediante as seguintes cláusulas e condições, ficando os convenientes sujeitos às normas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a prestação pelo **CONVENIADO** de auxílio aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, visando possibilitar o funcionamento do Cartório Eleitoral e a realização de eleições, conforme segue:

- a) o **CONVENIADO** compromete-se a ceder funcionários de seu quadro próprio ao Juízo Eleitoral, em número suficiente para o atendimento dos serviços. Esta avaliação deverá ser feita de comum acordo entre o Juiz Eleitoral e o Prefeito Municipal ou seu Representante Legal;
- b) em anos de eleição serão colocados pelo **CONVENIADO** à disposição do **CONVENENTE**, viaturas e combustível, destinados ao atendimento dos serviços eleitorais, em número a ser acertado entre o Prefeito Municipal e o Juiz Eleitoral, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das eleições;
- c) durante a eleição e a apuração de votos haverá, por parte do **CONVENIADO**, a prestação de auxílio destinado à alimentação das pessoas requisitadas e nomeadas para prestar serviços à Zona Eleitoral, cujas necessidades financeiras deverão ser previstas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das eleições;
- d) todo e qualquer auxílio será suportado pelas Prefeituras conveniadas que integram a Comarca, proporcionalmente ao seu eleitorado, e será administrado pelo Executivo Municipal relativamente ao seu recebimento, uso, liquidação da despesa, pagamento e prestação de contas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESPESA**

O presente Convênio será executado sem ônus para a Justiça Eleitoral.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

**Parágrafo único** - A despesa decorrente deste Convênio correrá a conta de recursos do orçamento vigente na proporcionalidade que lhe couber, em dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

O presente Convênio vigorará do período que decorre da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2002.

**CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente Convênio será publicado de acordo com a forma usual de publicidade dos atos do Município e no Diário Oficial da União. Neste último caso, a despesa será de obrigação do **CONVENENTE**.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas, firmam o presente Convênio, o **CONVENENTE** e o **CONVENIADO**, na presença de duas testemunhas.

Bento Gonçalves, .....  
.....

**CONVENENTE**

**CONVENIADO**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Processo nº 4026, de 21.06.2001.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

***PARECER Nº 096***  
***Processo 120/2001***

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 043, de 21 de junho de 2001, que **“Autoriza o Município a firmar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul”**.

Do convênio juntado, provavelmente modelo do próprio Tribunal Regional Eleitoral, o único aspecto a examinar é a ausência de rubrica que atenderá às despesas, e a generalidade das obrigações assumidas, sem especificação de limites, o que fica ao critério do Plenário examinar.

No tocante à possibilidade de tramitação e votação, salvo a ressalva, nada impede a análise do douto Plenário.

S.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de Outubro, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e um.

Assessoria Jurídica:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**

PARECER:

Processo N.º:

ASSUNTO:

AUTOR:

RELATOR: Vereador

Parecer

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo 120/2001, que "Autoriza o Município a firmar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul", exaram o seguinte parecer:

Segundo o Projeto, o Município é autorizado a firmar convênio com o TRE/RGS. O prazo final de vigência do convênio, conforme estabelecido, será até 31 de dezembro de 2001.

Quanto a falta de rubrica, apontado pela Assessoria Jurídica desta Casa, esta Comissão apresenta a emenda em anexo especificando a origem dos recursos.

Outro aspecto que ainda carece de maiores especificações e que também foi apontado pela Assessoria Jurídica diz respeito a generalidade das obrigações assumidas, tornando o Projeto um tanto quanto amplo, cabendo ao Plenário analisar.


Importante salientar ainda que não contendo estas especificações, o Poder Legislativo será solidário em todos os atos que forem decorrentes da aprovação do Projeto.

Desta forma, não vemos impedimento para a tramitação do presente Projeto.

É o parecer.

Palácio 11 de Outubro, aos dezoito dias do mês de

julho de dois mil e um.

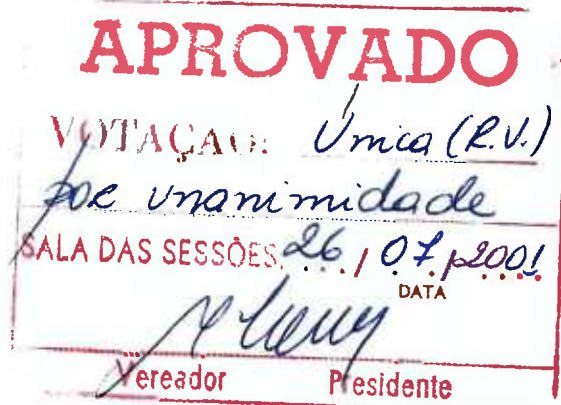
  
Vereador **MÁRIO GABARDO**  
Presidente

  
Vereador **JAURI PEIXOTO**  
Vice-Presidente

  
Vereador **ÊNIO DE PARIS**  
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro



**EMENDA ADITIVA**

O artigo 2º do presente Projeto de Lei, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 2º – As despesas decorrentes da presente Lei, conta com recursos do orçamento vigente, na seguinte unidade orçamentária:  
15.01 – SECRETARIA GERAL DE GOVERNO  
1501.03070202.151 – Manutenção da Secretaria Geral de Governo  
3.1.3.2.00.000 – Outros Serviços e encargos – 355”**

Sala das Sessões, aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e um.

  
Vereador MARIO GABARDO

  
Vereador JAURY PEIXOTO

  
Vereador ENIO DE PARIS